



24%

dos entrevistados acreditam que o investimento em saneamento básico é a primeira providência para melhorar o ambiente no Brasil

67%

dos que vivem em São Paulo são contra a utilização de energia nuclear no país; entre aqueles que têm ensino superior, esse índice é de 73%

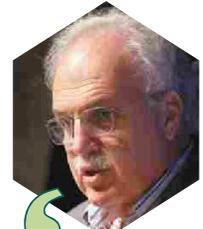


O licenciamento já nasceu obsoleto em face dos desafios de desenvolvimento. É preciso rever esse quadro legal em torno das resoluções que se fazem dentro do Conama

IZABELLA TEIXEIRA
Ministra do Meio Ambiente



Da esq. para a dir., Márcio Zimmermann, Nivalde de Castro, Marcelo Leite e Jerson Kelman debatem fontes energéticas



Os ecossistemas na Amazônia não acompanham a velocidade das mudanças climáticas no planeta. No caso da biodiversidade, não há uma solução à vista

CARLOS NOBRE
Secretário do Ministério da Ciência

Energia e água dominam debate ambiental

Desmatamento perde prioridade para segurança energética e hídrica em seminário



[Sustentabilidade] não é mágica. Não é tarefa de um partido. É corrida de quatro por quatro. Quem pegar bastão tem de fazer sua parte

MARINA SILVA
Ex-ministra do Meio Ambiente e pré-candidata à vice-presidência ao lado de Eduardo Campos (PSB)

DE SÃO PAULO

Segurança energética e segurança hídrica se sobressaíram nas discussões do Fórum Sustentabilidade, da **Folha**, segunda e terça-feiras no MIS (Museu da Imagem e do Som). Como seria de imaginar, dada a ansiedade que têm levado a brasileiros e paulistanos.

Anos atrás, um seminário sobre problemas ambientais se debruçaria sobre o desmatamento, mas o cenário mudou. Como revelou pesquisa Datafolha com paulistanos, poluição, hoje, é o maior problema do país e da cidade.

No debate sobre água, houve consenso quanto a abandonar a "cultura da abundância" a que se referiu Stela Gol-

denstein, da Associação Águas Claras do Pinheiros.

Gesner Oliveira, da FGV-SP, apontou o vergonhoso nível de coleta e tratamento de esgotos, a "tragédia do saneamento". Ele mostrou como, pelo nível de renda, o Brasil deveria ter taxa de tratamento bem acima dos 38,7% atuais.

O debate sobre fontes de energia também teve notável dose de convergência entre Márcio Zimmermann, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Jerson Kelman, ex-diretor da ANA e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), e Nivalde de Castro, da UFRJ.

Todos defenderam a hidrelétrica como âncora da matriz energética brasileira,

uma das mais limpas do mundo, e o papel complementar da energia dos ventos e do bagaço de cana. Só divergiram sobre grandes represas na Amazônia, que Kelman defendeu e Zimmermann avaliou como em geral inviáveis, dada a topografia plana.

Desmatamento e Código Florestal estiveram na pauta do seminário com apresentações divergentes de Kátia Abreu, senadora (PMDB-TO), líder ruralista e colunista da **Folha**, e João Paulo Capobianco, ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente. Ambos, contudo, destacaram a pujança do setor agropecuário e seu papel na manutenção da redução das taxas de destruição.

Os cortes no desmatamento derrubaram as emissões brasileiras que agravam o efeito estufa. Embora o aquecimento global tenha sido questionado pelo meteorologista Luiz Carlos Molion, a adaptação às suas consequências previsíveis já se acha em curso em vários países desenvolvidos, ressaltou Carlos Nobre, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Conclusão do seminário: é hora de superar a dicotomia preservação X desenvolvimento. E, como disse a ex-ministra Marina Silva, de fazer da sustentabilidade mais que um enfeite na proa dos programas de governo e pô-la como o motor de popa do debate político. (MARCELO LEITE)



Não é porque digo que o homem não mudará o clima global, que não defendo a preservação do ambiente. Ela é de extrema importância

LUIZ CARLOS MOLION
Professor da Universidade Federal de Alagoas

CAMARGO CORRÊA.
COMPROMISSO DE IR EM FRENTE, LEVANDO QUALIDADE E INOVAÇÃO POR ONDE PASSA.

Há 75 anos dedicada ao crescimento do Brasil, a Camargo Corrêa construiu sua história com pioneirismo, soluções inovadoras e compromisso com a sustentabilidade. Uma empresa preparada para enfrentar os mais diversos desafios de empreendimentos complexos e de grande porte logístico que se tornou referência no segmento de engenharia no Brasil e exterior. Com 85% de sua atuação voltada para a iniciativa privada, está presente na América Latina e África e tem mais de 500 obras entregues em vários segmentos, como mobilidade urbana, hidrelétricas, óleo e gás, construções industriais e diversos projetos de infraestrutura.

A Ponte de Laguna (SC) será a terceira maior do Brasil, com cerca de três quilômetros de extensão e um trecho estaiado de 400 metros.

CAMARGO CORRÊA

Ituango é o maior projeto hidrelétrico e a principal obra de infraestrutura em execução da Colômbia.

Maior mineroduto do mundo, o Minas Rio vai potencializar a exportação de minérios do País.

Expansão da Estrada de Ferro Carajás, com geração de até 9 mil empregos.



96% dos paulistanos afirmaram já ter ouvido falar sobre o aquecimento global, segundo pesquisa Datafolha realizada em São Paulo



“ Houve diminuição das represas de cada hidrelétrica. É conveniente às empresas não cuidar das represas ”
JOSÉ GOLDEMBERG, presidente da Comissão de Sustentabilidade da Fecomercio-SP

Desmatamento em queda é história de sucesso, diz estudo

Grupo de cientistas elogia o Brasil por conseguir reduzir muito o ritmo de derrubada da Amazônia



Quando [a discussão sobre meio ambiente] começou, produtores rurais achavam que eram salvadores da pátria. De repente, viraram algozes

KÁTIA ABREU
Senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil



O Brasil tem um dos maiores rebanhos de pecuária do mundo, mas o custo da atividade e o impacto sobre o uso da terra, da água e da energia gasta é crescente

JOÃO PAULO CAPOBIANCO
Ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente

DE SÃO PAULO

Nada como o distanciamento no tempo e no espaço para constatar que o país não vai tão mal quanto muitos brasileiros querem acreditar. Se uma ONG progressista estrangeira faz elogios rasgados ao Brasil — não pela redução da pobreza, mas do desmatamento —, é recomendável prestar atenção, talvez comemorar.

A organização se chama União de Cientistas Comprometidos (tradução livre para Union of Concerned Scientists, UCS). Eles se propõem a empregar informação científica sólida, publicada sob a revisão de especialistas, em estudos de interesse público.

A UCS divulga nesta quinta-feira (5) o relatório “Histórias de Sucesso no Âmbito do Desmatamento”, ao qual a Folha teve acesso exclusivo. Ele destaca o Brasil como líder no único grande feito das últimas décadas no combate à mudança do clima: a queda de 19% nas emissões de gases-estufa causadas pela derrubada de florestas tropicais.

Nos anos 1990, desmatavam-se no mundo, em média, 16 milhões de hectares por ano (área maior que a do Ceará). Na década de 2000, essa taxa caiu para 13 milhões de hectares. Com isso, a participação do desmatamento tropical no total de gases-estufa emitidos caiu de 17% para 10%.

“Não há dúvida de que o Brasil é a nação que mais fez [para reduzir as emissões]”, diz o relatório. “A velocidade da mudança, em apenas uma década, é impressionante.”

Outros 16 países aparecem no relatório como casos de sucesso, como Costa Rica, Guiana, Índia, México e Vietnã.

O trabalho estima que a redução obtida pelo Brasil, graças ao corte na taxa de desmatamento, tenha sido de um terço, algo da ordem de 1 bilhão de toneladas de carbono-equivalente por ano — ou seja, a soma de todos os gases-estufa “convertidos” no potencial de aquecimento do CO₂.

Como as emissões aumentaram em outros setores da economia, sobrou um ganho de 750 milhões de toneladas equivalentes ao ano.

Para comparação: a ONG Observatório do Clima calcula que em 2012 o total de gases-estufa lançados pelo Brasil foi de 1,48 bilhão de toneladas equivalentes. É a menor emissão em duas décadas.

ELOGIO MERECIDO

“Não há dúvida de que o Brasil merece elogio”, diz Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nobre é uma grande autoridade na interface entre desmatamento e mudança climática e avaliou o relatório a pedido da Folha.

“É uma luta diária. Qualquer descuido, e o desmatamento ilegal volta forte. Mas o importante é ver o desacoplamento entre taxas de desmatamento e produção agrícola na Amazônia.”

O ponto mais discutível do relatório é o papel de proa nele atribuído ao Redd+ (redução de emissões por desmata-

mento e degradação; pronuncia-se “red plus”). Trata-se de pagamentos de países ricos a nações tropicais que comprovem redução do desmate.

Entra aí o acordo Noruega-Brasil, que já carrou US\$ 670 milhões. Mas tais doações ao Fundo Amazônia (de prevenção e combate ao desmatamento) só vieram em 2007, quando as taxas já caíam.

O próprio estudo aponta outras iniciativas decisivas: criação de grandes áreas de proteção, na década de 1990 (governo FHC); o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, de 2004 (com Marina Silva no ministério); e as moratórias da soja (2006) e da carne bovina (2009) a compras de fornecedores com áreas desmatadas.

“O relatório mostra que o desenvolvimento não é prejudicado pela queda no desmatamento”, diz Doug Boucher, um dos autores do estudo. “A soja e a carne bovina vicejaram no Brasil, apesar da moratória, o Vietnã expandiu simultaneamente a agricultura e a área florestada, e a as florestas da Costa Rica atraem milhões de ecoturistas.”

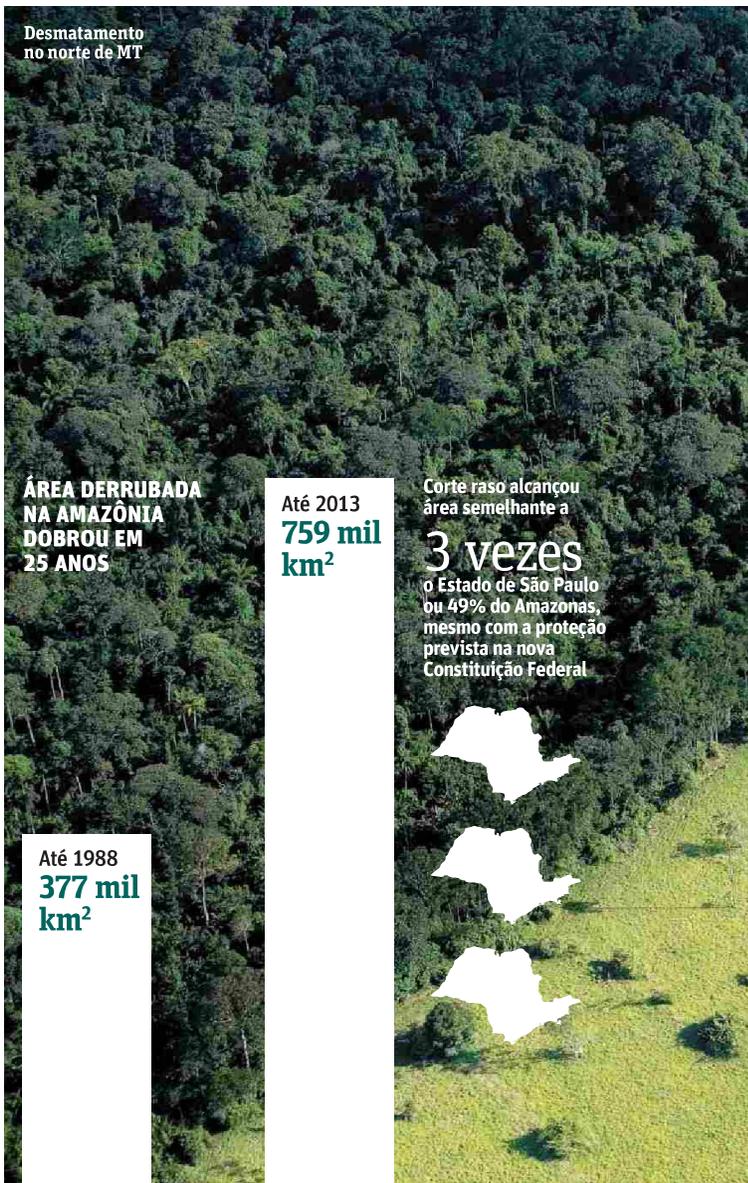
OPINIÃO PÚBLICA

Para Nobre, há um fator mais imponderável: a falta de aceitação social do desmatamento. “Não há dúvida de que comando e controle rigorosos foram o fator de ruptura a partir de 2005. Porém, nestes nove anos, cristalizou-se no imaginário da sociedade, incluindo os amazônidas, a rejeição à escalada de destruição.”

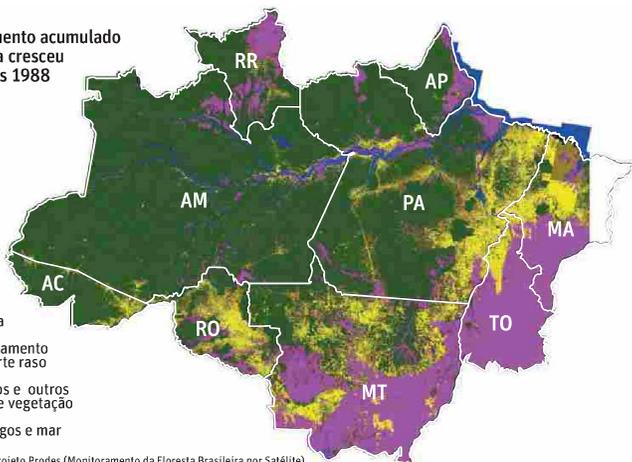
Visto desse ângulo otimista, o Brasil se encontraria num ponto de inflexão. De ora em diante, o desmate cairia a zero e se iniciaria a recuperação da floresta.

“Mas isso está longe de ser inevitável”, alerta Boucher, que se diz preocupado com os rumos do Código Florestal e o repique de 28% na taxa de desmatamento em 2012/2013.

É bom prestar atenção. Pode ser muito cedo para comemorar. (MARCELO LEITE)



Desmatamento acumulado da floresta cresceu 101% após 1988



Fontes: Inpe, Projeto Prodes (Monitoramento da Floresta Brasileira por Satélite)

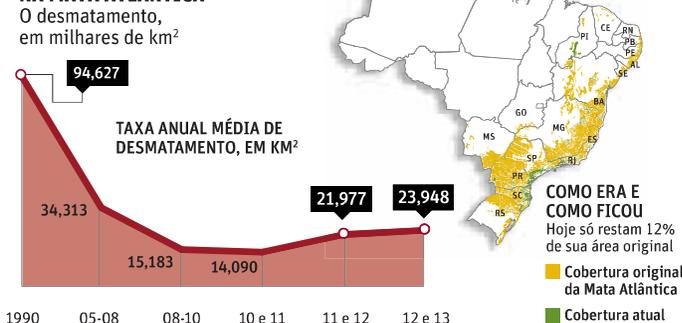
POLUIÇÃO DE AGROPECUÁRIA E ENERGIA EQUIVALE À DO DESMATAMENTO

Carbono equivalente (CO₂e) emitido por setor, em milhões de toneladas por ano



DEVASTAÇÃO VOLTA A CRESCER NA MATA ATLÂNTICA

O desmatamento, em milhares de km²



1995

foi o ano com a maior taxa de desmatamento da história na Amazônia: 29 mil km², aproximadamente, um Estado de Alagoas

“

Não há antagonismo entre meio ambiente, conservação e desenvolvimento, pelo contrário

ANDRÉ FERRETTI, coordenador da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza



Foto de Almeida/Folhapress

Devastação amazônica soma duas Alemanhas

Área desmatada já ocupa 19% da parte brasileira da floresta original

MAURÍCIO TUFFANI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Nos últimos 25 anos, enquanto a atenção do Brasil e do mundo sobre a Amazônia se concentrou no sobe e desce das taxas anuais de devastação, o desmatamento acumulado na floresta dobrou.

Hoje são 759,2 mil quilômetros quadrados, segundo dados do Inpe (Instituto de Pes-

quisas Espaciais). Essa extensão equivale à metade do Amazonas, ou, em números internacionais, mais que o triplo da área do Reino Unido ou o dobro da Alemanha. São 19% do total de 3,9 milhões de quilômetros quadrados da parte brasileira da floresta.

A devastação, no entanto, é maior. O número se refere apenas à supressão total da floresta, o “corte raso”. Não inclui áreas muito danificadas pela extração seletiva de madeira e também por incêndios do passado, segundo Dalton Morrissom Valeriano, gerente do Programa Amazônia do Inpe.

Em 1988, quando o corte raso acumulado chegou a 376,7 mil quilômetros quadrados, a Constituição estabeleceu a Floresta Amazônica como patrimônio nacional, cujas áreas teriam de ser utilizadas “dentro de condições que assegurem a preservação”.

Nessa época, a atenção internacional sobre a Amazônia alcançou seu auge. Em 1987, as queimadas na região impressionaram os tripulantes da estação espacial soviética Mir e, em seguida, a imprensa internacional.

O governo brasileiro passou a ser criticado até por líderes estrangeiros —como o presidente francês François Mitterrand— pelos incentivos fiscais para pecuária e mineração na região desde os anos 70.

Às vésperas da conferência Eco-92, da ONU, foi anunciada a taxa de desmatamento de 1991, a menor desde o início da medição em 1978. Mas logo atribuíram a redução ao desaquecimento da economia pelas medidas do governo Fernando Collor em 1990.

O corte raso na floresta voltou a crescer. E foi mais intenso em Rondônia, Pará e norte de Mato Grosso, com a expansão de áreas para criação de gado de corte e plantios de grãos, especialmente soja. Na conta da rentabilidade entrava também o baixo custo de terras na região, como ressaltou o relatório do Inpe do período entre 1995 e 1997.

Em 1995, a taxa de desmatamento saltou para o dobro da média dos anos anteriores: 29 mil quilômetros quadrados, o recorde de toda a série histórica, maior que Alagoas.

Era o início do governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano seguinte ao fim das altas taxas de inflação. “Com a devastação nesse ano, a oposição entre crescimento econômico e proteção ambiental, já conhecida na teoria, ficou muito evidente na prática”, afirmou o geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, professor emérito da USP.

Nos anos seguintes, as gestões de FHC e de seus sucessores petistas Lula e Dilma Rousseff investiram em sistemas de monitoramento e intensificaram a fiscalização.

Desde 2005, a curva de desmatamento se tornou predominantemente descendente, exceto pelo pequeno aumento em 2013.

Fatia do setor energético nas emissões cresce

GIULIANA MIRANDA
DE SÃO PAULO

O controle do desmatamento da Amazônia derrubou as emissões brasileiras de gases-estufa ao menor índice dos últimos 20 anos. Todos os outros setores, porém, tiveram alta. Para especialistas, o cenário indica uma certa acomodação: como o desmatamento já consegue reduzir as emissões, as outras áreas teriam se acomodado.

“O Brasil tem de parar de achar que está em uma eterna posição de conforto quanto às emissões. Estamos sujando nossa matriz energética termoelétrica, dando incentivos para compra de carros, fazendo planos de explorar o petróleo do pré-sal até a última gota”, diz Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima.

A ONG lançou em 2013, em parceria com institutos de pesquisa, um sistema próprio para estimar as emissões do país—os números oficiais têm saído com periodicidade irregular.

Nos dados do governo, a agropecuária já é a principal fonte de emissão. No Seeg (Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa), está muito próxima disso. Segundo o sistema, a alta mais significativa foi no setor energético: 126% de 1990 a 2012.

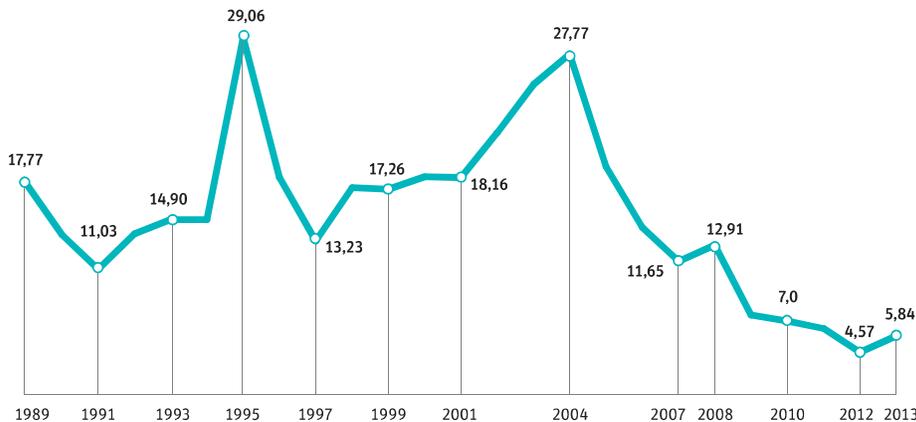
Como país em desenvolvimento, o Brasil não tem compromisso obrigatório de redução de emissões. Mas, em 2009, o governo pôs em lei a meta voluntária de cortar entre 36,1% e 38,9% em relação a valores projetados até 2020.

Adriano Santiago, diretor de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, diz que o aumento não preocupa.

“Há um reconhecimento internacional de que, nos países em desenvolvimento, o primeiro compromisso, antes das emissões, é o crescimento para erradicação da pobreza.”

Ele diz ainda que o país tem planos para cortar emissões em diversas áreas.

Evolução do corte raso na floresta, em milhares de km²



Desafio da mata atlântica, que tem 12% da área original, é se recuperar

Dados mais alarmantes são de MG, onde se produz carvão vegetal

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Com só 12% de sua formação original de pé, a mata atlântica tem como principal desafio sua recuperação. O bioma abriga uma das maiores diversidades de espécies do planeta, muitas ameaçadas de extinção, e protege importantes mananciais.

A tendência de reduzir o desmatamento estava consolidada desde 2001. No entanto, a taxa entre 2011 e 2012 superou em 60% a do período anterior. No período seguinte, ocorreu novo aumento, de 9%, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica e o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Os dados mais alarmantes

foram os de Minas Gerais, Estado quem tem a maior extensão de remanescentes. Desde 2011, foram desmatados 191,9 km², em grande parte na produção de carvão vegetal para siderúrgicas.

O coordenador-geral de Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, diz que o governo estadual, além de não resolver dificuldades no licenciamento e na fiscalização, teria uma “política autorizativa equivocada”.

A Secretaria do Meio Ambiente reconhece dificuldades estruturais, mas informa que o Estado tomou medidas para saná-las, como aquisições de equipamentos e concursos públicos. O secretário

Alceu Torres destacou que houve redução de 21,5% entre o desmatamento de 2012 a 2013 e o do período anterior.

A situação preocupa também em locais em que as taxas de desmatamento não aumentaram, como São Paulo.

O principal fator de devastação no Estado, segundo a Secretaria do Meio Ambiente, é a ocupação irregular, especialmente nas regiões litorânea e metropolitana.

Há ainda derrubada de mata para expandir áreas agrícolas. O Ministério do Meio Ambiente informa que os governos federal e estaduais estão preparados para conscientizar produtores rurais sobre os riscos de desprezar a legislação. (MT)



A demora [para cumprir obrigações ambientais] é onerosa e, no limite, leva à desistência de projetos

NELSON PEREIRA DOS REIS
Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp



19%

da população brasileira, ou 94,4 milhões de pessoas segundo projeção do IBGE, não tem acesso a saneamento básico

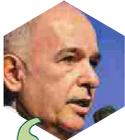


Não podemos adiar esta decisão: governantes federais, estaduais e municipais precisam priorizar o saneamento

DANTE RAGAZZI PAULI, presidente da Abes. Leia o artigo completo em folha.com/no1464613

Tratamento caótico piora insegurança hídrica

Falta de planejamento estratégico está na crise de água



A situação [em São Paulo] é grave, não é algo que tenhamos vivenciado

VICENTE GUILLO
Diretor da Agência Nacional de Águas



Em vez de represas, precisamos de gestão sustentável de recursos hídricos

STELA GOLDENSTEIN
Diretora da ONG Águas Claras do Rio Pinheiros



Se houver crise hídrica como neste ano, vamos passar por séria crise econômica

JOSÉ TUNDISI
Presidente do IIE, em São Carlos (SP)

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

Aumentar a quantidade de água para uso humano sem explorar nenhuma nova represa ou rio. O desafio, escancarado pela atual crise hídrica que São Paulo vive, precisa ser enfrentado nos próximos anos, segundo debatedores presentes no Fórum de Sustentabilidade da Folha, na segunda-feira (2), no MIS (Museu da Imagem e do Som).

A lista de soluções tem várias opções, diz Stela Goldenstein, diretora-executiva da ONG Associação Águas Claras do Rio Pinheiros.

“Em vez de mais represas, novas captações, precisamos de uma gestão sustentável dos recursos hídricos”, explica a especialista, também ex-secretária de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Para Stela, o foco deveria recair sobre o reúso da água e o uso equilibrado das águas subterrâneas. “Não podemos, por exemplo, lavar mais as ruas com água potável”, afirma a especialista.

O planejamento estratégico de recursos hídricos, no contexto de mudanças climáticas —no futuro, deve chover menos, mas de forma mais concentrada em São Paulo—, é essencial, defende José Galizia Tundisi, presidente do Instituto Internacional de Ecologia, em São Carlos (a 232 km de São Paulo).

IMPACTO ECONÔMICO

Para Tundisi, sem uma percepção integrada do problema, a falta de água gerará impacto econômico relevante em um Estado como São Paulo. “Nós somos o maior produtor de suco de laranja do mundo, setor que depende muito da água.”

O pesquisador vai além das soluções apresentadas por Stela. “A preservação dos mananciais também é fundamental, não apenas para o abastecimento público, mas para a preservação da biodiversidade”, afirma.

Cálculos mostrados por ele revelam que o tratamento da água de um manancial rodeado por mata —diferentemente do que ocorre na Guarapiranga, por exemplo— custa aproximadamente um décimo do que o de represas com o entorno degradado.

Tanto para Stela como para Tundisi, seja na atual crise hídrica por que São Paulo passa, seja para o futuro, as tarifas precisam ser revistas. Ambos afirmaram ser a favor da multa para quem usar a água de forma indevida.

Outro problema a ser solucionado são os vazamentos, ainda altos no Brasil.

“Se uma empresa de saneamento perde 50%, significa que tem de produzir o dobro de água para distribuir o volume que vende aos consumidores”, ressalta Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da ANA (Agência Ambiental de Águas), também no seminário.

Juca Varela/Folhapress



Lixo acumulado na margem do rio Pinheiros

3 anos

é o tempo que a cidade de São Paulo poderia ser abastecida com a água que é perdida anualmente no país

POR ÁGUA ABAIXO

Parte da água se extravia entre a captação e a distribuição aos consumidores



Na captação

As perdas começam quando a água captada é bombeada do reservatório para a estação de tratamento



No tratamento

Produtos químicos são adicionados à água para eliminar impurezas. Periodicamente, os filtros são lavados. Neste momento, novas perdas são registradas. Há também extravio por evaporação



Nas adutoras

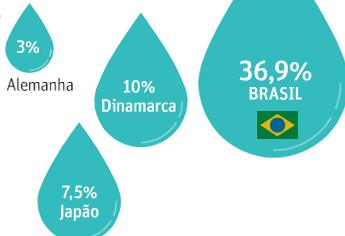
A operadora bombeia água por meio de adutoras às localidades. Nesta etapa a alta pressão pode provocar grandes vazamentos



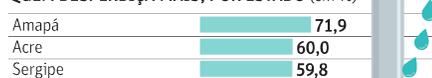
Nos ramais

A partir das adutoras saem os chamados ramais, tubulações que chegam às casas. Canos antigos, com fissuras, ampliam o desperdício

PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO



QUEM DESPERDIÇA MAIS, POR ESTADO (em %)



MAIS ECONOMIA

A tarifa média de água (R\$/m³) poderia ser mais barata caso houvesse menos perdas



Fontes: Instituto Trata Brasil, Ministério das Cidades, Banco Mundial

OPINIÃO

Falta de acesso a saneamento traz impactos e oportunidades

ÉDISON CARLOS
ESPECIAL PARA A FOLHA

É incrível que o Brasil, a sétima maior economia do mundo, ainda lute para que todos tenham água e esgoto. Dados de 2012 do Ministério das Cidades apontam que 34 milhões de pessoas não recebem água potável e 51% não têm coleta de esgoto.

Do esgoto gerado, apenas 38,7% recebem algum tratamento. São bilhões de litros de esgoto jogados em nossos rios, lagos, aquíferos e praias. Os números mostram também a ineficiência na distribuição de água, que se reflete na perda média de 36,9%.

Desde 2007, o Instituto Trata Brasil estuda profundamente os avanços e desafios do saneamento básico no país, mas principalmente as relações dessa carência com o impacto aos cidadãos.

Norte e Nordeste enfrentam os maiores desafios. Menos de 15% da população do Norte tem coleta. No Nordeste, somente cerca de 20% da população tem acesso à coleta de esgoto. Na região, capitais importantes, como São Luís (MA) e Teresina (PI), tratam menos de 25% do esgoto.

Há ainda total falta de prioridade à solução das áreas irregulares —que por impedimentos jurídicos não recebem as redes—, e a falta de perspectivas para levar saneamento a áreas rurais.

Segundo o IBGE, áreas rurais abrigam mais de 29 milhões de brasileiros, mais que o dobro de habitantes da capital paulista. Apesar disso, só 36% deles têm acesso à água tratada e menos de 25% à coleta de esgoto.

Como ações positivas tomadas pelo governo federal, temos que citar a promulgação do Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico),

com metas de universalização e previsão de R\$ 304 bilhões para água e esgotos, e o PAC, que desde 2007 representa uma fonte essencial de recursos para saneamento.

Esse dinheiro, entretanto, não tem sido usado na velocidade que o país necessita. Em 219 obras acompanhadas pelo Trata Brasil, fica evidente que houve avanços, mas a maior parte continua em situação inadequada, com obras paralisadas, atrasadas ou até não iniciadas.

Os impactos e oportunidades que essa carência representa ao Brasil foram mostradas no estudo “Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro”, publicado pelo instituto.

Usando dados do Ministério da Saúde, a pesquisa mostrou que em 2013 foram notificadas mais de 340 mil interações por infecções gastrointestinais; 171 mil delas envolveram pessoas de até 14 anos.

Se toda a população tivesse acesso a coleta de esgoto, o número cairia para 266 mil, economia anual de R\$ 27,3 milhões. No turismo, essa expansão criaria 400 mil novos empregos, sendo 140 mil no Nordeste, com geração adicional de renda de R\$ 1,3 bilhão.

Precisamos, então, incentivar o planejamento sanitário, revitalizar empresas e desburocratizar o acesso a recursos.

ÉDISON CARLOS é químico e presidente-executivo do Instituto Trata Brasil.



34 MILHÕES DE PESSOAS NÃO RECEBEM ÁGUA POTÁVEL E 51% NÃO TÊM COLETA DE ESGOTO